

## **Um ensaio de transdisciplinaridade entre a loucura, o trabalho e a saúde**

**Andréia Sanches Garcia**

**Márcia Campos Andrade**

**Mardônio Parente Menezes**

UNESP – Assis

UEM

CEULP/ULBRA

**Resumo:** O presente artigo faz uma leitura do modo de produção de conhecimento na história da ciência e na sociedade moderna, contextualizando a crítica ao saber científico rigidamente organizado em disciplinas. Utilizam-se a loucura e o trabalho humano como exemplos de tentativas de explicação desses fenômenos dentro das diversas disciplinas, tendo a saúde como campo de desenvolvimento de processos de produção de novos significantes que podem contextualizar a existência dos indivíduos, submetida aos processos disciplinadores também no campo Saúde. Propõe dialogar sobre outras formas de saber e fazer buscando uma reorientação na produção do saber científico e para tanto discute o conceito de Transdisciplinaridade como um modo de produção de subjetividade que sustentaria o sujeito enquanto questionador, uma “atitude” em ato.

**Palavras-Chave:** Transdisciplinaridade; Produção de subjetividade; Trabalho.

***Um ensaio de transdisciplinaridade entre a loucura, o trabalho e a saúde***

Na história do pensamento humano, sempre esteve presente a idéia de um saber unitário e holístico (Vilela e Mendes, 2003). Segundo Japiassu (1976), exemplos claros dessa idéia unitária de saber são os mitos (para o homem da pré-história), o cosmos (para a cultura grega) e a idéia de um Deus criador (para o homem medieval).

O século XVII, contudo, ficará para sempre marcado na história da humanidade por representar, entre outras coisas, um radical corte epistemológico em relação ao projeto de um conhecimento total e uno, tão próprio dos séculos que lhe antecederam (Vilela e Mendes, 2003). A partir dos anos mil e quinhentos e, sobretudo, dos mil e seiscentos, com o advento da Idade Moderna, a humanidade vê surgir em sua história um crescente processo de desarticulação dessa citada unidade do saber. Nesse momento histórico, as figuras de Descartes, Bacon e outros filósofos foram de importância capital e, naquela época de intensa efervescência cultural, serviram de propagadores da nova lógica que impregnaria o conhecimento humano a partir dali.

Desde então, a proposta cartesiana de “dividir para melhor conhecer”, de um uso disciplinado e rigoroso da razão em busca de se alcançar um conhecimento definitivo sobre a realidade, assim como o empirismo baconiano, alcançou enormes proporções (Santos, 2006). Dificilmente, hoje, somos capazes de conceber o mundo sem o domínio de tal forma de conhecimento. A figura do cientista (antes vista como detentor de um saber genérico sobre as coisas do mundo – tendo como exemplo paradigmático a figura de Da Vinci) passa – a partir daí – por um processo gradual de transformação para ser entendida – na realidade atual - como um super especialista, que – pelo menos em tese – saberia tudo, ou quase tudo, sobre uma pequena parcela deste mundo (Santos, Meneses e Nunes, 2005).

Tal movimento, isso é inegável, permitiu espantosos avanços para a humanidade, a partir do momento em que propiciou a necessária instrumentalização do saber e sua aplicação quase imediata, aproximando intensamente ciência e técnica, servindo às demandas crescentes do processo de industrialização. Dessa forma, se não foram grandes os avanços no conhecimento sobre mundo ou sobre homem como um todo, o método cartesiano proporcionou grandes avanços tecnológicos. A tecnologia, como conhecimento aplicado, encarna muito bem a lógica, inaugurada a partir do século XVII e consolidada durante o século XIX, de se “conhecer para intervir”, levando a uma espécie de supervalorização das especializações (Almeida, 1997).

Giddens (1991) se refere a este processo como *sistema perito* que define como “sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje” (p30), afirmando ainda que as pessoas consultam profissionais de modo regular e o conhecimento dos peritos influencia muitos aspectos do que fazemos, configurando-se como um mecanismo de desenhaixe pois garante um alongamento de sistemas sociais por meio de natureza impessoal e do estabelecimento da confiança comum a todos os mecanismos de desenhaixe.

As relações estabelecidas com o perito delegam a ele o poder de decisão sobre as mais variadas faces de existência do sujeito, retirando deste a responsabilidade por si próprio. Por outro lado, o perito coloca-se em lugar de detenção do saber sobre as condições de vida, também sujeitando-se ao modo de fazer próprio de sua perícia.

Qualquer forma de conhecimento não potencial ou imediatamente aplicável passou a ser delegada a um segundo plano. Aqui, tomamos como exemplo as ciências humanas que, ainda hoje, parecem delegadas a um lugar secundário no mundo científico, já que lidam com questões não instrumentalizáveis ou cuja aplicação não aparece em um horizonte próximo. Outro exemplo de conhecimento do qual se defende a ciência é o senso comum.

Ambos os exemplos acima citados são vistos pela ciência como conhecimentos perturbadores e intrusos, de cujo contato a ciência se protege, reforçando e policiando suas fronteiras (Alvarenga, Sommerman e Alvarez, 2005). É interessante notar, por exemplo, que mesmo dentro das ciências humanas, as áreas de maior prestígio parecem ser as de aplicação mais tangível e quantificável (por exemplo, as terapias cognitivo-comportamentais dentro do grande campo da psicologia), já que muito bem se adaptam aos pressupostos do método científico mais tradicional.

Se por um lado o método de análise cartesiano propiciou uma melhor e mais imediata aplicabilidade do conhecimento humano, por outro lado ele acabou por propiciar uma tal divisão do conhecimento e tamanho incremento da lógica do especialismo que, hoje, seria quase impossível dizer ao certo o número de disciplinas existentes. É como se o método cartesiano da análise (divisão do objeto estudado em tantas partes quanto possível para que melhor se avalie cada uma delas) e o empirismo de Bacon sofressem uma espécie de mutação e, de meros métodos de análise de um todo, se transformassem na única forma possível e válida de se conhecer o todo. E, mais ainda, o método acaba por se transformar no 'todo em si'.

Não é de hoje que se elevam opiniões contrárias a essa forma de conhecer a realidade. Contudo, é a partir dos anos cinquenta e sessenta do século passado, que tais opiniões foram mais claramente formuladas (Fazenda, 2008). O advento de tais críticas deu-se, entre outras coisas e mais contundentemente, a partir do momento em que a própria lógica especialista e disciplinar se redescobriu tanto artificial quanto insuficiente para dar conta da realidade que pretende conhecer.

O princípio da incerteza de Heisenberg (que põe em xeque a própria divisão entre sujeito e objeto de pesquisa), a teoria da relatividade de Einstein, o princípio da dualidade de Louis de Broglie, o teorema da incompletude de Gödel, o princípio da complementaridade de Niels Bohr, a teoria das estruturas dissipativas de Prigogine exerceram papéis fundamentais na crítica ao saber científico rigidamente organizado em disciplinas, assim como permitiram um questionamento da idéia de um mundo mecanicista e determinista, apregoado pela ciência tradicional (Trindade, 2008).

Foi então, a partir daí, que se percebeu a necessidade de uma reorientação do saber científico rumo a uma retomada de uma lógica mais total e integradora dentro da ciência. É neste contexto que se concebe a interdisciplinaridade - aqui entendida de forma genérica, como as diversas possíveis aproximações entre uma ou mais disciplinas, envolvendo tanto a multi, a inter ou a transdisciplinaridade (Yasui, 2010). A percepção de que a realidade é, por excelência, total e a observação de que boa parte do real não é contemplado pelas inúmeras disciplinas existentes estão por trás e apóiam a idéia da necessidade de aproximação entre disciplinas.

O que na perspectiva do pensamento complexo em Morin (2000) seria a realização de uma dialógica, o diálogo entre as diferentes lógicas do pensamento científico, provocando um transbordamento de si mesmas na produção de metaconceitos

hologramáticos – onde não somente a parte está no todo como o todo está na parte. Entretanto, a dialógica na academia é um empreendimento realizado pelos representantes da ciência chamados de intelectuais, seres da racionalidade, da afetividade, do mito e do delírio em inter-relação com amplas possibilidades de encontro, mas também de conflito e de confronto, ou seja, *Homo Sapiens* e *Homo Demens* em ação, introspecção e prospecção.

### ***Entre o Saber e o Fazer***

O método cartesiano como meio de conhecer e lidar com a realidade foi aplicado também na forma de conceber, organizar e executar o trabalho humano a partir da Revolução Industrial no século XVIII e a consolidação do capitalismo como modo de produção na sociedade ocidental. O ideário iluminista presente no funcionalismo como corrente de pensamento encarnado na teoria taylorista da Administração Científica do Trabalho no final do século XIX e início do século XX coroa com a divisão social do trabalho a separação entre o trabalho intelectual e o trabalho manual – entre o saber e o fazer, inviabilizando, através da Ciência, a possibilidade do trabalho como práxis.

Nesse ponto, gostaríamos de citar os exemplos da loucura e do trabalho como importantes elementos de nossa condição de humanos, sendo tão antigos quanto à própria humanidade. Não é necessário um olhar tão arguto para perceber, ao longo da história do homem, as inúmeras tentativas de explicação e enquadramento desses fenômenos dentro das diversas disciplinas.

Na loucura elas não foram poucas: a religião, o teatro, a psiquiatria, a psicanálise e etc. Assim como no trabalho temos a mitologia greco-romana, a religião na Idade Média, as teorias econômicas liberais e funcionalistas, o marxismo, a antropologia, a sociologia, a psicologia, a psicossociologia, a psiquiatria e etc. Apesar disso, parte do fenômeno da loucura permanece eminentemente não tocado por qualquer disciplina específica como se ela transbordasse, irrompesse e brotasse no espaço interdisciplinar.

O que não acontece com o fenômeno do trabalho que ao ser tomado como objeto de estudo da ciência clássica apresenta-se como uma categoria transversalizada por diversas disciplinas, o que não garantiu o exercício da transdisciplinaridade, tendo em vista que a Psicologia e a Sociologia historicamente estiveram atreladas às demandas da Administração, da Economia e da Engenharia em relação às pesquisas e às intervenções construídas no campo do trabalho no formato do emprego. Fator esse que manteve o trabalho como categoria de análise dentro de uma borda muito bem definida, borda essa que está em desconstrução desde as últimas décadas do século XX em função da crise no mundo do trabalho e a consequente reorganização produtiva.

Poderíamos dizer que estamos em um período pleno de brechas no pensamento sobre o trabalho em função dessa crise no projeto capitalista de desenvolvimento, assim como em relação à concepção sobre a loucura a partir dos impactos provocados pela II Grande Guerra sobre a política e a economia mundial. Nesse contexto são organizados movimentos contestadores ao tratamento dispensado aos loucos nos manicômios e são produzidas outras formas de atenção não segregadoras e democráticas onde o trabalho,

enquanto atividade contribuiu para a construção de outra concepção a respeito da relação louco-sociedade.

Morin (2001) considera a loucura como um *problema central do homem* e não como seu *dejeto e doença*. Afirma que esta não levou o homem à extinção, mas a razão científica e a racionalidade técnica podem levá-lo ao desaparecimento, por exemplo, através da energia nuclear. Entretanto, entre ritos, cultos, delírios e muitas ilusões, o desenvolvimento técnico e científico aconteceu – *a Humanidade dominou a terra*.

A dialógica sapiens/demens foi criadora e também destruidora; o pensamento, a ciência, as artes foram irrigadas pelas forças profundas da afetividade, por sonhos, angústias, desejos, medos, esperanças. Nas criações humanas há sempre uma dupla pilotagem sapiens/demens (...) o gênio brota na brecha do incontrolável, justamente onde a loucura ronda. A criação brota da união entre as profundezas obscuras psicoafetivas e a chama viva da consciência. (Ibid., p. 60-61).

Pode-se afirmar, sem grande medo de sermos demasiado ousados, que – por definição – a loucura é aquilo que jamais será completamente contemplado por qualquer disciplina, independentemente de quantas delas sejam criadas para dar conta desse fenômeno. Talvez se deva considerar que o problema não está na loucura – aliás, apenas um termo que designa generalizando uma série complexa e variada de acontecimentos – mas sim nas disciplinas. Afinal, a loucura como um conjunto complexo de processos de subjetivação, não se presta ao lugar de objeto, sob pena de perdermos o essencial desses acontecimentos.

A partir do que acima está posto, um questionamento se coloca de forma imperativa: como os profissionais que lidam com a loucura em seu trabalho cotidiano poderiam se aproximar dela sem que empreendam o esforço autoritário de fazê-la ranger dentro de suas grades teóricas? Como esses profissionais podem dar conta de tal fenômeno sem que, nesse movimento, simplifiquem e empobrecam o que de fato é rico e complexo? O trabalho de quem trabalha com a loucura poderia ser o de uma clínica ético-estético-política? Seria possível contemplar a dimensão trabalho como um direito humano dos que vivenciam a experiência da loucura para além do diagnóstico de incapazes para o trabalho? Seria possível o mundo do trabalho compor com o projeto terapêutico dos que são atendidos pelos profissionais de saúde mental?

Segundo Costa-Rosa (Comunicação Pessoal - 2012) seria muito difícil associar trabalho e experiência subjetiva da loucura sem realizar a crítica efetiva do trabalho capitalista pelos trabalhadores da Saúde Mental – o que, aliás, supõe a crítica do próprio trabalho nos mesmos termos – e sem realizar a crítica da loucura reconduzindo-a aos processos de subjetivação, o que supõe o protagonismo dos próprios sujeitos dessas experiências.

Tanto a loucura diagnosticada como doença mental pela psiquiatria e o trabalho institucionalizado como mercadoria e como emprego pelo modo de produção capitalista são construções históricas, políticas, sociais e econômicas determinadas pela aliança estratégica entre a Ciência, o Capitalismo, o Estado e o Direito. Nesse sentido, produzem subjetividades que definem o ser doente mental e o ser trabalhador assalariado que transcendem os espaços institucionalizados do hospício e da fábrica para compor a realidade concreta do cotidiano como modos de existir disciplinadores da vida dos que participam da sociedade ocidental. Quem em algum momento não

perguntou a alguém: “Você está louco” ou “Onde você trabalha?” ou “Pra quem você trabalha?”.

Esta realidade concreta relacionada aos modos de existir disciplinadores está presente no entendimento do processo saúde-doença que permeiam as possibilidades de construções de sentidos no campo trabalho. As relações estabelecidas no processo de produção de saúde estão submetidas aos processos disciplinadores dos trabalhos desenvolvidos pelo Modo Capitalista de Produção (Costa-Rosa, 2011).

A instituição Saúde ocupou o lugar daquela que prioritariamente ficou designada ao “cuidado” da loucura, houve um progressivo desenvolvimento de tecnologias para lidar de maneira a normalizar as condutas e propiciar aos sujeitos o “assujeitarse” aos modos capitalistas de produção, permeando estes a organização do próprio trabalho em saúde.

Ao longo do processo de divisão do trabalho e conseqüentemente do saber, a Saúde proporcionou aos sujeitos do sofrimento, usuários dos serviços em Saúde Mental e Saúde Coletiva também a divisão do cuidado com desenvolvimento de saberes que permitem que o trabalhador especifique qual área empreenderá seu trabalho e definir quais instrumentos irá utilizar.

Dessa forma, o estabelecimento de processos de trabalho que priorizam o olhar para a doença e para a loucura como ‘fora’, desencadeando a formação de vínculos entre trabalhador e sujeitos do sofrimento e nas relações de trabalho são constituídas pelo suposto saber a respeito do local e forma adequados para a realização do trabalho e conseqüentemente inserção social, implicando no estabelecimento de um modo de produção do trabalho a partir de uma construção institucional que desencadeia também um modo de produção de subjetividade do trabalhador em saúde.

Os processos de subjetivação são produzidos em relações onde as condições relativas à divisão espaço-tempo provocam novos arranjos ou recombinações nas atividades sociais e institucionais. Para Giddens (1991) a separação entre tempo e espaço é crucial para o dinamismo da modernidade e condição principal para o processo de desencaixe: “Por desencaixe me refiro ao ‘deslocamento’ das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço” (idem,p.24).

Passa-se a interagir com a figura do ausente através de um processo de abstração onde a intermediação simbólica vai representar o esvaziamento e traz a crise de representação. Quanto maior o esvaziamento do espaço decorrente deste processo, maior a possibilidade de transposição de algo que venha de outro lugar ou de outro tempo, embora exista sempre uma força contra-hegêmonica, pois o espaço não encontra-se sempre, totalmente vazio.

Pensamos ser o campo da Saúde um lugar onde se opera o sistema abstrato porque é um lugar onde se demanda um tipo de relação, de contato permeado por um saber que o técnico coloca em prática em um atendimento.

Dessa forma, os sujeitos constituídos em determinados processos de subjetivação que se identificam com o processo de produção presente na Saúde, estabelecem relações de confiança com o modo de produção de saber-fazer em saúde com base neste sistema abstrato e configura-se o conhecimento perito, porque ele é que produz maior confiabilidade e produz redução de riscos.

Este modo de produção do trabalho em saúde propicia a fragmentação/divisão do trabalho e divisão entre saber e fazer que implicam no entendimento de que a produção do saber constitui lugar privilegiado na cadeia de produção e conseqüentemente a prática constitui trabalho de menor valor, com alcance limitado, levando o trabalhador a considerar que as tecnologias do cuidado em saúde só são eficazes quando utilizadas pelas categorias profissionais de maior conhecimento criando hierarquias nas relações de trabalho a partir do acesso a tecnologias definidas como ‘duras’, ou seja, aquelas que dependem de instrumental específico para o cuidado a determinadas patologias e diagnósticos (máquinas, aparelhos e equipamentos para procedimentos), em detrimento do uso de tecnologias ‘leves’ que implicam nas práticas relacionais e nos vínculos estabelecidos entre trabalhador e usuário priorizando a escuta e intervenções compartilhadas (Merhy, 1997).

Para o uso destas tecnologias entendemos que a finalidade de qualquer trabalho em saúde é a operação de saberes tecnológicos, de expressão material e não material (idem, 2007), procurando produzir ações em saúde delimitadas por um processo de trabalho e suas interações micropolíticas, ou seja, para que determinado trabalhador em saúde produza atos de cuidado que propiciem resultados no processo de ressignificação do sujeito, depende das relações e vínculos estabelecidos a partir de práticas hegemônicas em saúde, que implicam em relações com a forma de organização da instituição em que estão inseridos, sua gestão e relações de poder instituídas, tanto quanto a gestão do próprio processo de trabalho a partir de seu modo de subjetivação constituído também de sua formação profissional e da própria concepção de ciência presente na sociedade como desenvolvido acima.

Da mesma forma a possibilidade de uso das tecnologias leves não são prioritárias no modelo hegemônico de produção de saúde vigente, embora sejam as tecnologias mais disponíveis em termos de custos e facilidade de apreensão dos modos de atuação, por serem precedidas de formação no modelo médico centrado e de divisão do trabalho proposta pelo modo capitalista de produção, ocorre a reprodução destes modelos com aprisionamento de ações que não chegam sequer a beirar, em alguns casos, a interdisciplinaridade estando, portanto, distantes da possibilidade de construções em espaços entre-disciplinas como se propõe neste trabalho o entendimento da transdisciplinaridade. Devemos considerar ainda que no campo das instituições de Atenção, não temos propriamente disciplinas científicas no sentido próprio e sim profissões, de certo modo, apenas derivadas das disciplinas, assim, mas não apenas por isso, torna-se precário falar em interdisciplinaridade.

Outra questão que podemos ainda nos colocar em relação às disciplinas na constituição dos processos de trabalho em saúde é que a própria divisão entre as tecnologias de produção do cuidado reiteram a divisão disciplinar, pois sugerem que profissionais ou sujeitos que desenvolvem maior conhecimento profissional formal, teriam maior possibilidade de apreensão e conseqüentemente de aplicação das tecnologias leves, entretanto práticas que problematizam os processos de trabalho e empreendem reflexões por parte dos trabalhadores sobre suas contribuições e potencial construção coletiva de ações em saúde, podem resultar em processos de singularização dos sujeitos, onde trabalhadores em saúde desenvolvem formas de atuar singulares a partir das condições disponíveis, e sujeitos do sofrimento desenvolvem formas de ressignificação de seu processo de adoecimento e reinserção familiar e social, respeitando suas constituições subjetivas.

### ***Diferentes modos de produção***

Sabemos que estamos inseridos nesse projeto de sociedade como produtos e produtores dessa forma de pensamento e o expressamos tanto no campo da atuação profissional como no campo da produção de conhecimento como pesquisador. Entretanto, nos é possível o exercício da contraposição ao consenso e temos com quem dialogar sobre outras formas de saber e fazer buscando também uma reorientação na produção do saber científico.

Com o olhar voltado a este modo de produção de subjetividade podemos propor formas de agir que destituam o pesquisador do lugar de perito no que diz respeito à produção de tecnologias desenvolvidas para estimular a relação de confiança no saber hegemônico, constituindo um modo de produção do conhecimento a partir da práxis, fundamentado em processos coletivos para além do saber universitário.

Costa-Rosa (2007) propõe que os processos de produção de conhecimento devem ser mediados pela práxis, superando o processo de produção do conhecimento que ocorre *a posteriori* estudando algum fenômeno específico da realidade e valorizando o processo de produção do conhecimento que ocorre a partir da relação direta do trabalhador-pesquisador em seu campo de trabalho, mediado por tecnologias que permitam o desenvolvimento de práticas mais integradas com as ofertas realizadas pelo próprio campo de saber-fazer, e denomina este processo como *Dispositivo Intercessor como Modo de Produção do Conhecimento*.

A proposta desse trabalho é exercitar o sair das bordas, o transbordar para além da zona de conforto das especificidades e territorialidades das disciplinas com as quais trabalhamos e dos temas com os quais nos propomos a produzir conhecimento. Por isso a escolha da temática da transdisciplinaridade para discutirmos os modos de subjetivação no contemporâneo vai ao encontro da crise nos fundamentos da Ciência Moderna também está inscrita no contexto da contemporaneidade, preconizada por autores já citados como Heisenberg, Einstein, Gödel, Prigogine e Morin.

A partir das discussões no grupo de pesquisa Saúde Mental e Saúde Coletiva sobre o tema da Transdisciplinaridade, podemos entendê-la, de acordo com Costa-Rosa (Comunicação pessoal em 30/10/2009), como sendo vista a partir da lógica de expansão das fronteiras das disciplinas, sendo que tal lógica faz com que se persista dentro da lógica disciplinar e nada seja acrescentado ao debate, não se contrapondo e nem se pretendendo contrapor às disciplinas. Para ele, enquanto encarmos os limites disciplinares como fronteiras teremos a tendência da expansão e da defesa desses limites, exatamente como os estados nacionais fazem com suas fronteiras. O limite disciplinar não deveria ser visto como fronteira e sim como limite-limitação, no sentido de insuficiência e impossibilidade. É a partir daí que se pode pensar em uma atitude transdisciplinar e em uma busca pelo diálogo.

Algumas das questões apresentadas foram: como falar da transdisciplinaridade dentro da construção de nosso próprio trabalho de pesquisadores? Como ressignificar este conceito e utilizá-lo na prática da preparação deste trabalho conjunto? Que



movimentos fazemos, individual e coletivamente, aqui neste momento, para construirmos algo em direção à transdisciplinaridade?

Retomando, Costa-Rosa (Comunicação pessoal em 30/10/2009) nos coloca que não haveria uma “atitude” transdisciplinar *a priori*, já que isso se daria como um processo de trabalho vivo. A transdisciplinaridade seria um modo de produção. Uma “atitude” em ato. Sendo assim, estes seriam os princípios da transdisciplinaridade: 1. superação do princípio da separação sujeito-objeto; 2. compartilhamento multi-lógico do conhecimento, de forma a se fazer uma tessitura (complexus); 3. consciência dos limites disciplinares não como fronteiras e sim como limites-limitações (limites-insuficiências); 4. uma atitude de superação dos limites disciplinares; superação aqui não se coloca no sentido de destruição ou abolição, mas no sentido de possibilidade de abertura para o fora.

Segundo Passos (2000) trata-se de nomadizar as fronteiras, torná-las instáveis, colocando-se em questão os limites entre as fronteiras e colocando-se em questão as identidades do sujeito que conhece e do objeto conhecido, subvertendo o eixo de sustentação dos campos epistemológicos e compondo agenciamentos que produzem novos significantes.

Ao entendermos a transdisciplinaridade desta forma, consideramos que o sujeito se dirige em busca do saber, operando um modo de subjetivar que sustentaria o sujeito enquanto questionador. Este modo propõe que este produza conhecimento a partir do impasse que o trouxe, proporciona a atitude em ato que é um modo de produção. Sendo assim, não descarta a disciplina, mas faz a síntese, aqui compreendida não como redução de partes em um conceito menor, mas como a possibilidade de junção das disciplinas, onde uma parte se mantém, uma parte se eleva e uma parte se descarta para a constituição de um saber diferenciado.

*Garcia, A.S., Andrade, M.C., Menezes, M.P. (2012) A essay of transdisciplinarity between madness, work and health. Revista de Psicologia da UNESP 10(2), 106-118.*

**Abstract:** *This paper is a reading mode of knowledge production in the history of science and modern society, situating the critique of scientific knowledge rigidly organized into subjects. Use is made the madness and the human labor as examples of attempts to explain these phenomena within the various disciplines, with health as a field of process development for production of new signifiers that can contextualize the existence of individuals, also referred to the disciplinary procedures in the field Health Proposes talk about other ways of knowing and seeking to make a shift in the production of scientific knowledge and to discuss both the concept of Transdisciplinarity as a mode of production of subjectivity that would sustain the subject as questioning, an attitude in action.*

**Keywords:** *Transdisciplinarity; Production of subjectivity; Work.*

## **Bibliografia**

- Almeida Filho, N. (1997) Transdisciplinaridade e saúde coletiva. *Ciênc. Saúde Coletiva*, 2(1/2):5-20.
- Alvarenga, A. T. de; Sommerman, A.; Alvarez, A. M. de S. (2005) Congressos internacionais sobre transdisciplinaridade: reflexões sobre emergências e convergências de idéias e ideais na direção de uma nova ciência moderna. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 14, n. 3, dez. Acessado em 09/11/2009 do <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902005000300003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902005000300003&lng=pt&nrm=iso)>
- Costa-Rosa, A.; Stringheta, L.V.H.O. (2007) O Grupo Intercessor: saber e conhecimento da práxis “psi” na atenção básica de saúde. In: Constantino, E.P. (Org) *Percursos da Pesquisa Qualitativa em Psicologia*. Assis: UNESP Arte e Ciência.
- Costa-Rosa, A. (2011) Operadores Fundamentais da Atenção Psicossocial: Contribuição a uma Clínica Crítica dos Processos de Subjetivação na Saúde Coletiva. Assis. 2011. Tese (Livre Docência) – UNESP, Assis
- Giddens, A. (1991). As conseqüências da modernidade. Tradução de Raul Fiker (1990). São Paulo: UNESP.
- Fazenda, I. C. A. (2008) Interdisciplinaridade-transdisciplinaridade: visões culturais e epistemológicas. In: Fazenda, I. C. A. (org.) O que é interdisciplinaridade? São Paulo: Cortez, p. 17 – 28.
- Japiassu, H. (1976) *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago.
- Merhy, E. E. & Onocko, R. (orgs.) (1997). *Agir em Saúde: Um desafio para o público*. São Paulo: Hucitec.
- Merhy, E.E. (2007) O Trabalho em Saúde: olhando e experienciando o SUS no cotidiano. São Paulo: Hucitec.
- Morin, E. (2001) Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro. Tradutoras Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya: revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. 3.ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO.
- Morin, E.; LE Moigne, J-L.(2000) A inteligência da complexidade. Tradução Nurimar Maria Falci. São Paulo: Petrópolis.
- Passos, E. Barros, R.B. (2000). A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 16, n. 1, p. 71-79.
- Santos, B. de S. (2006) *Um discurso sobre as ciências*. 4ª Ed. São Paulo: Cortez.

- Santos, B. de S., Meneses, M. P. G., Nunes, J. A. (2005). Introdução: para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. In: Santos, B. S. (org.) Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 21 – 121.
- Trindade, D. F. (2008) Interdisciplinaridade: um novo olhar sobre as ciências. In: Fazenda, I. C. A. (org.) *O que é interdisciplinaridade?* São Paulo: Cortez, p. 65 – 83.
- Vilela, E. M.; Mendes, I. J. M. (2003) Interdisciplinaridade e saúde: estudo bibliográfico. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 11, n. 4, ago. Acessado em 08/11/2009 <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-11692003000400016&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692003000400016&lng=pt&nrm=iso)>.
- Yasui, S. (2010) *Rupturas e encontros: desafios da reforma psiquiátrica brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.

*Recebido: 13 de junho de 2012.*

*Aprovado: 12 de novembro de 2012.*